



BOLETIM 803

Brasília, 4 de junho de 2019

CONSTRUÇÃO CIVIL PERDE FÔLEGO E EMPREGOS CONTINUAM AMEAÇADOS

A construção civil, um dos principais motores da economia e que ainda detém o poder de empregar milhões, perdeu fôlego no decorrer deste início do ano e vai gerar menos riqueza e trabalho. O setor esperava que seu PIB crescesse 2% em 2019. Agora, a estimativa é de 0,5% a 1%. O número de criação de vagas de trabalho no ano também desabou: de 100 mil para 25 mil.

O balde de água fria veio com a queda de 2% de seu PIB no primeiro trimestre de 2019, em relação ao quarto trimestre de 2018, e de 2,2% se comparado ao primeiro trimestre do ano passado. Foi a 20ª queda consecutiva do setor, segundo o IBGE. Nos últimos cinco anos, o PIB da construção já encolheu 28%, segundo o SindusCon-SP.

DESEMPREGO - No início do ano, o SindusCon-SP esperava um aumento de pelo menos 4% no contingente de trabalhadores no setor em 2019 em todo o país. Isso significaria, caso viesse a se concretizar, a contratação de pelo menos 100 mil trabalhadores com carteira assinada.

Atualmente, o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor da construção é de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. Mas agora com a confiança em queda é impossível conseguir ampliar esse número

O Índice de Confiança da Construção (ICST), medido pela FGV por exemplo, caiu 1,8 ponto em maio, para 80,7 pontos, o menor nível desde setembro do ano passado (80,4).

Nos últimos dois meses do ano passado, o setor demitiu no Brasil 80 mil trabalhadores. Nos primeiros quatro meses deste contratou apenas 40 mil, segundo dados do Caged. Ou seja, a construção brasileira não conseguiu repor as perdas do último bimestre de 2018. Depois de um período de forte contração do mercado de trabalho -entre dezembro de 2013 e dezembro de 2018, em que as construtoras demitiram cerca de 1,2 milhão de trabalhadores- as empresas haviam iniciado este ano contratando e havia uma expectativa, hoje frustrada, de retomada do crescimento.

CONTRICOM: SAÍDA DA CRISE SÓ COM RETOMADA DOS INVESTIMENTOS E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Segundo o presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, “a saída para a crise já foi apontada por nossa Confederação há muito tempo: a retomada dos investimentos públicos e privados, a redução dos juros que encarecem os custos de produção e a valorização dos trabalhadores, que, além de perderem seus empregos, tiveram seus direitos brutalmente subtraídos nos últimos anos, além de enfrentar um processo perverso de precarização do mercado de trabalho, com o estímulo à informalidade e aos contratos precários”.

O dirigente defendeu uma “ampla mobilização do setor produtivo e dos trabalhadores na defesa de um setor que é vital para a retomada do desenvolvimento e a geração de emprego e renda”, argumentou, concluindo que “a atual política econômica, que se estende há anos, de contenção dos investimentos e de corte de direitos, é um desastre para o país”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações do SindusCon-SP



Centrais sindicais querem mobilização ampla na greve geral do dia 14

A greve geral programada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho está sendo preparada em ritmo de mobilização total. Os sindicalistas estão em esforço concentrado e atuando com a meta de colocar nas ruas no mínimo a mesma quantidade de pessoas que aderiram à greve de abril de 2017, contra as reformas da Previdência e trabalhista de Michel Temer.

Informação da coluna Painel da Folha de S.Paulo destaca que as centrais sindicais estão atraindo os trabalhadores da área de transportes —metroviários e ferroviários, por exemplo. A adesão dessas categorias surte forte impacto, especialmente nas grandes cidades.

A coluna relembra que em 2017 houve manifestações em 130 cidades e interrupção do transporte público em ao menos 38.

Fonte: *Brasil247*

Após conferência de assinaturas, relator terá de analisar 227 emendas

Das 277 emendas à proposta do Executivo para reforma da Previdência (PEC 6/19), 49 foram devolvidas por falta de assinaturas e 1 acabou encaminhada ao autor por se referir a outro projeto em tramitação na Câmara dos Deputados. Assim, caberá ao relator na comissão especial, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), analisar 227 sugestões. Ele espera concluir o parecer até o dia 15.

Para apresentar emendas, cada autor precisava coletar pelo menos 171 assinaturas de deputados. Se não passar na comissão especial, qualquer uma poderá ser analisada pelo Plenário.

Levantamento a partir do Sistema de Informações Legislativas (Sileg) mostrou que a maior parte das emendas trata das regras de transição. Muitas são amplas, com vários temas; mas também há aquelas que tratam de itens específicos, a fim de ser objeto de discussão e negociação. As bancadas do PDT e do PL fizeram emendas substitutivas globais — na prática, textos novos.

Mudanças - A Proposta de Emenda à Constituição 6/19 pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios). A idade mínima para a aposentaria será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

O texto retira da Constituição vários dispositivos que tratam da Previdência Social, transferindo a regulamentação para lei complementar.

Fonte: *Agência Câmara*



Maia pretende votar reforma até julho

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou nesta segunda-feira (3) que pode pautar a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) para votação no plenário da Casa no mês de julho. Para garantir quórum alto de presença, Maia está barrando pedidos de viagem de deputados após o feriado de Corpus Christi, no dia 20 deste mês.

Segundo o deputado, o quórum da Casa terá que estar perto de 500 deputados. Maia disse que todos os pedidos de viagem após 20 de junho estão sendo negados para que se possa, a partir dessa data, voltar a atingir o quórum de 500, 505 deputados. "Hoje estamos na média com 475, 480, e a gente precisa recuperar esses 20 para ter uma margem tranquila para aprovar a Previdência já no final do mês ou no início do mês que vem", afirmou o presidente da Câmara.

Além do feriado, os meses de junho e julho são marcados pelas festas juninas, que costumam atrair os parlamentares para suas bases políticas e, assim, esvaziam as votações do plenário. A perspectiva de Rodrigo Maia é garantir a votação antes do recesso legislativo, que começa no dia 18 de julho. Por ser tratar de proposta de emenda à Constituição (PEC), o texto precisa ser aprovado em dois turnos por 308 deputados antes de seguir para o Senado.

"A gente tem que ter 350 [votos] prontos para votar para ter a garantia que vão sobrar uns 320, 330. Se a gente conseguisse uma pactuação com todos os governadores, do PSB, do PT, do DEM, do MDB, do PSDB, aí, sim, a gente poderia estar sonhando com o número de 400 deputados. Seria uma sinalização histórica, uma votação histórica,

com uma sinalização muito forte para toda a sociedade [de] que nós vamos tirar os temas que são da questão fiscal, previdenciária, do nosso embate ideológico, vamos racionalizar esse tema", afirmou.

Tramitação - Nesta terça-feira (4), a comissão especial que analisa a proposta que altera as regras de aposentadoria promoverá um seminário com pesquisadores de diversos países para troca de experiências em previdência social. Depois disso, o relatório já poderá ser votado no colegiado.

A proposta de reforma da Previdência recebeu 277 sugestões de alteração ao texto. As emendas serão analisadas pelo relator da comissão, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que pode acatá-las, ou não, no todo ou em parte. Moreira tem afirmado que apresentará o relatório até o dia 15 de junho.

Fonte: Agência Brasil

Reforma põe em risco aposentadorias especiais

A aposentadoria especial foi discutida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) nesta segunda-feira (3). Especialistas alertaram que as mudanças propostas na reforma da Previdência (PEC 6/2019) acabam com o benefício, por aumentarem a idade e o tempo de contribuição. O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) defendeu a substituição de algumas profissões por máquinas, a exemplo dos mineradores. Já o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu que o Estado assegure as aposentadorias e as empresas garantam os direitos trabalhistas.

Fonte: Agência Senado



Senado aprova MP que busca evitar fraudes no INSS

O Plenário do Senado aprovou nesta segunda-feira (3) a medida provisória que busca coibir fraudes nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foram 55 votos favoráveis e 12 contrários à proposição. Aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/2019, a MP 871/2019 segue agora para a sanção da Presidência da República.

Além de criar um programa de revisão de benefícios previdenciários, a MP exige cadastro do trabalhador rural e restringe o pagamento de auxílio-reclusão aos casos de cumprimento da pena em regime fechado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou que o diálogo e o entendimento entre os senadores viabilizaram acordo construído na semana passada com todos os líderes partidários e com o líder do governo para a votação da MP 871/2019 e da MP 872/2019, que também foi aprovada e prorrogou o prazo para pagamento de gratificações a servidores cedidos à Advocacia-Geral da União (AGU).

A MP foi votada na Câmara dos Deputados na última quinta-feira (30) e perderia a eficácia já nesta terça-feira (4). Para viabilizar a aprovação da matéria no último dia de sua validade, o presidente

do Senado convocou uma sessão deliberativa para esta segunda — quando as sessões normalmente são destinadas a discursos, sem discussão ou votação de projetos.

Fonte: Agência Senado

Miriam Leitão: se reforma passar, Brasil acordará com milhões de desempregados

A jornalista Miriam Leitão afirma que Rodrigo Maia está certo ao apontar para um 'colapso social' com a ausência de agenda de Bolsonaro. Ela diz: "a reforma não vai resolver todos os problemas. Se ela passar, no dia seguinte o país ainda acordará com milhões de desempregados e crescimento baixo. Maia alerta também que se a reforma não passar o país entrará em colapso."

Em sua coluna no jornal O Globo, a jornalista ainda afirma que "o presidente da Câmara conta que não houve pacto entre os poderes em torno de um texto, apresentado por Onyx Lorenzoni. "Zero de verdade nisso", disse Maia. Ele lidera a Câmara, mas não é o dono do voto dos 513 deputados. Por outro lado, o judiciário não pode estar ao lado de medidas do governo que ele poderá julgar se são ou não constitucionais."

E prossegue: "as falas de Maia reforçam a importância da negociação. Para governar e aprovar propostas, tem que se compor um arco de alianças. Conversar com os partidos não é corrupção. Um governo convence os parlamentares com propostas e ideias que podem ser boas. Qualquer político que governar o Brasil tem que ter clareza da necessidade de uma coalizão."

Fonte: Brasil247

Projeto multa empresas por discriminação salarial de mulheres

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal analisa na quarta-feira (5) projeto que estabelece multa a empresas que praticam discriminação salarial entre homens e mulheres (PLC 130/2011). O Plenário do Senado aprovou em março deste ano projeto com texto semelhante, o PLS 88/2015, que foi encaminhado para a Câmara dos Deputados.

A CAS, que já havia aprovado parecer favorável ao PLC 130/2011 em fevereiro de 2012, vai analisar agora emendas apresentadas ao projeto em Plenário em 2014. O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), recomenda a rejeição das emendas, que também serão apreciadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Caso o PLC seja aprovado pelo Senado poderá ser enviado para sanção presidencial.

Pensão por morte - Outro projeto na pauta é o PLS 209/2016, do senador Romário (Pode-RJ), que amplia em cinco anos a duração da pensão por morte quando o pensionista for cônjuge ou companheiro de segurado da Previdência Social com deficiência.

“Os cônjuges ou companheiros de um segurado com deficiência frequentemente abdicam de uma carreira profissional para se dedicar ao trabalho mais importante que pode haver: o de cuidar de um ente querido incapaz de sobreviver sozinho”, afirma Romário na justificativa do PLS.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, o senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Agência Senado

TST aumenta indenização por dano moral

Indenizações por dano moral trabalhista devem obedecer ao princípio da razoabilidade. Por isso a 3ª Turma do TST aumentou uma indenização de R\$ 3,9 mil para R\$ 20 mil. A quantia será paga por uma empresa de telemarketing a uma empregada que foi difamada e vítima de boatos na companhia, sem que os gestores tenham resolvido a situação.

De acordo com o relator do recurso de revista no TST, o ministro Maurício Godinho, o dano ficou comprovado diante dos efeitos que a mentira teve na funcionária. Segundo ele, a honra e a boa imagem da autora foram atingidas, e a indenização deve compensar pelo dano causado, já que as empresas envolvidas não tomaram medidas suficientes para reparar a situação.

Em primeira instância, o juiz considerou a empresa responsável pela disseminação da mentira e condenou a Atento, de telemarketing, e o banco Bradesco a pagar indenização de R\$ 30 mil. O TRT da 2ª Região manteve a condenação, mas reduziu a indenização para R\$ 3,9 mil. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS